



NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 19 A 23 DE NOVEMBRO DE 2018

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 166/XIII](#)

Consagra a atribuição de um privilégio creditório à generalidade dos depósitos bancários em caso de insolvência e transpõe a Diretiva (UE) 2017/2399, relativa à posição de determinados instrumentos de dívida na hierarquia de insolvência.

Autoria: Governo

[Projeto de Lei 1029/XIII](#)

Lei de Bases da Política de Saúde

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 1028/XIII](#)

Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário): adita a competência do Tribunal da Propriedade Intelectual

Autoria: CDS-PP

ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 251/XIII](#)

Autoriza o Governo a criar e a regular a emissão e utilização do cartão de identidade diplomático

ENERGIA

[Portaria n.º 301-A/2018 - Diário da República n.º 226/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-11-23](#)

Finanças e Ambiente e Transição Energética

Fixa o valor das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística – Endividamento do setor não financeiro - setembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística – Financiamento das administrações públicas - setembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística - Posição de investimento internacional - setembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos - setembro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística – Indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras privadas - 2017](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta pública sobre oitava alteração ao Regulamento da CMVM n.º 7/2003 relativo a taxas](#)

[CMVM regista a primeira sociedade de empreendedorismo social](#)

TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

[Aviso n.º 142/2018 - Diário da República n.º 223/2018, Série I de 2018-11-20](#)

Negócios Estrangeiros

Acordo de Revisão da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde

TRANSPORTES

[Portaria n.º 298/2018 - Diário da República n.º 222/2018, Série I de 2018-11-19](#)

Finanças, Planeamento e Infraestruturas e Ambiente e Transição Energética

Estabelece regras gerais relativas à criação e disponibilização de títulos de transporte aplicáveis aos serviços de transporte público coletivo de passageiros, no âmbito da [Lei n.º 52/2015](#), de 9 de junho, bem como à fixação das respetivas tarifas

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou a Lei de Programação Militar.

A presente proposta de lei, que procede à revisão da Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, procura reforçar o processo de modernização das Forças Armadas, habilitando-as a uma participação mais ativa e efetiva em operações dentro do quadro de alianças de Portugal e no âmbito do apoio à política externa, abrindo oportunidades ao robustecimento do sistema científico e tecnológico português, assim como da indústria nacional.

2. Foi aprovada a resolução que aprova o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa.

No sentido de valorizar a floresta nacional e, em particular, torná-la mais resiliente aos incêndios rurais, o Governo levou a cabo nos últimos dois anos um extenso trabalho de criação de novos diplomas, incentivos e ações visando a valorização do património florestal e a criação de condições para uma mais eficaz gestão florestal.

Em complemento da recente reforma florestal, foi criado um grupo de trabalho que, entre junho e outubro do presente ano, procedeu a uma reflexão sobre a caracterização da floresta em Portugal e analisou os atuais benefícios e incentivos fiscais ao investimento no setor florestal, de que resultou o relatório de diagnóstico que o Governo aprova agora.

Entre as medidas de atuação propostas incluem-se medidas de natureza fiscal de incentivo à gestão ativa da propriedade rústica, medidas que visam o conhecimento sobre a localização, limites e titularidade dos prédios rústicos e mistos, e sobre os prédios sem dono conhecido, ou que visam o redimensionamento da propriedade rústica e, ainda, medidas de financiamento que promovam o ordenamento agroflorestal e a remuneração dos proprietários florestais por serviços ambientais prestados.

3. Foi aprovada a proposta de lei que reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, procedendo à transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva 2016/800.

No quadro das medidas a incorporar no ordenamento interno, destacam-se as referentes ao acompanhamento dos menores de 16 a 18 anos suspeitos ou arguidos em processo penal ou objeto de mandado de detenção europeus pelos pais ou adulto da sua confiança; a consagração do direito à informação extensível aos acompanhantes dos menores; a obrigatoriedade de emissão de relatório social; o reforço da privacidade mediante restrição ao acesso de terceiros a autos de interrogatório do menor; e a consagração da urgência do processo, visando minimizar o impacto do mesmo na vida dos jovens.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

4. Foi aprovada a proposta de lei que estabelece as utilizações permitidas relativamente a obras e outros materiais protegidos por direito de autor e direitos conexos em benefício das pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso a textos impressos.

O diploma, que transpõe a Diretiva 2017/1564, descriminaliza ainda a comunicação pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente.

A descriminalização da comunicação pública não autorizada de fonogramas e videogramas efetiva-se através da criação de um regime alternativo de natureza contraordenacional que incentive uma célere reposição da legalidade. Esta iniciativa legislativa permite acolher o consenso já existente entre as associações mais representativas de utilizadores e a generalidade das entidades que representam os titulares de direitos.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

[Regulamento de Execução \(UE\) 2018/1795 da Comissão, de 20 de novembro de 2018, que estabelece o procedimento e os critérios de aplicação do teste do equilíbrio económico previsto no artigo 11.o da Diretiva 2012/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Situação da saúde na UE mais proteção e prevenção para uma vida mais longa e mais saudável](#)

[Comissão toma medidas para aumentar a eficácia da normalização no mercado único](#)

[O mercado único: o melhor trunfo da Europa num mundo em mudança](#)

[O Plano Juncker em ação: colocar o investimento na Europa no bom caminho](#)

[Pacote de outono do Semestre Europeu: promover um crescimento inclusivo e sustentável](#)

[Comissão congratula-se com o acordo sobre o quadro de análise do investimento estrangeiro](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Melhor Sociedade de Advogados
no Serviço ao Cliente
Chambers European Awards 2018

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
The Lawyer European Awards - 2015, 2012
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados
mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011